

01/10/2009

TRIBUNAL PLENO

**MANDADO DE SEGURANÇA 24.178 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : MIN. JOAQUIM BARBOSA  
**IMPTE.** : FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SINHÁ  
JUNQUEIRA  
**ADVDS.** : FÁBIO DE OLIVEIRA LUCHÉSI E OUTROS  
**IMPDO.** : PRESIDENTE DA REPÚBLICA


**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. ENTREGA DE NOTIFICAÇÃO ACERCA DO INÍCIO DA VISTORIA DE IMÓVEL RURAL A REPRESENTANTES DA IMPETRANTE SEM PODERES PARA RECEBÊ-LA. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO MÍNIMO DE TRÊS DIAS PARA INÍCIO DOS TRABALHOS. FATO NOVO. ESBULHO OU INVASÃO. PROIBIÇÃO DA EXECUÇÃO DE VISTORIA OU CONTINUIDADE DO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO.

1. Mandado de segurança em que se alega a nulidade de processo de desapropriação, em razão da invalidade da notificação acerca do início da vistoria para elaboração de Relatório Agrônomo de Fiscalização, dado que recebida por pessoas às quais não se outorgara mandato para tanto. Improcedência da alegação, porquanto as pessoas que receberam a notificação eram prepostos da empresa (gestores financeiros).

2. Alegada inobservância do prazo mínimo de três dias para início da vistoria, contado a partir do recebimento da notificação. Conforme se depreende da leitura dos autos, a notificação final foi realizada em 13.10.2000 e a vistoria iniciou-se apenas em 16.10.2000. Improcedência.

3. Alegado fato novo, impeditivo do prosseguimento do processo de desapropriação, consistente na invasão do imóvel rural. Improcedência. Somente obsta o processo de desapropriação ou a realização de vistoria o esbulho ou a turbação capazes de influir no quadro fático que serve de substrato ao Relatório Agrônomo de Fiscalização. No caso em exame, devido ao tempo decorrido entre a vistoria (2000) e o alegado esbulho (2004), não se caracteriza o nexo de implicação necessário.

Mandado de segurança denegado.

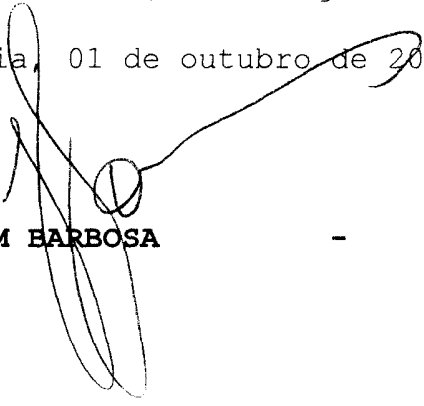


A large, stylized handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "STF - Seção de Composição" around the perimeter and the number "14" in the center. There is also a small mark resembling a checkmark or a cross next to the number.

**MS 24.178 / DF****A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em denegar o mandado de segurança.

Brasília, 01 de outubro de 2009.



**JOAQUIM BARBOSA**

-

Relator

01/10/2009

TRIBUNAL PLENO

**MANDADO DE SEGURANÇA 24.178 DISTRITO FEDERAL**


**RELATOR** : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**  
**IMPTE.** : FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SINHÁ  
JUNQUEIRA  
**ADVDS.** : FÁBIO DE OLIVEIRA LUCHÉSI E OUTROS  
**IMPDO.** : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**R E L A T Ó R I O****O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):**

Trata-se de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar, impetrado pela Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira com o qual se objetivava impedir que o Exmo. Senhor Presidente da República viesse a editar decreto para autorizar, para fins de reforma agrária, a desapropriação do imóvel rural denominado "Fazenda da Barra", localizado no Município e Comarca de Ribeirão Preto/SP.

Narra a impetrante que, por provocação de membro do Ministério Público Estadual, foi instaurado, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, processo administrativo com a finalidade de verificar o atendimento da função social do referido imóvel.

Sustenta-se a nulidade da notificação expedida naquele processo, na medida em que ela não fora endereçada a pessoas com os necessários poderes para tanto. Aponta-se, ainda, que não foi




**MS 24.178 / DF**

observado o prazo mínimo de três dias, decorridos a partir da notificação, para a realização da vistoria (art. 2º da Lei 8.629/1993 e arts. 26 a 28 da Lei 9.784/1999 - Fls. 412).

Prestadas as informações (Fls. 615-673), a autoridade coatora sustenta que a notificação feita é válida, pois as pessoas que a receberam eram, além de procuradores, prepostos da impetrante (Fls. 619). Sustenta-se também que o prazo de três dias invocado pela impetrante, previsto no art. 26, § 2º da Lei 9.784/1999, não se aplica ao caso em exame. Segundo entende, a norma em questão se aplica à ouvida de parte e testemunhas no processo administrativo, e não à intimação para participar da vistoria em imóvel marcado para desapropriação. Nesse sentido, invoca o art. 69 da mesma lei, que excepciona da norma genérica os processos administrativos regulados em lei própria.

Por fim, a autoridade coatora refuta a alegação de que a notificação tivesse sido realizada após a data marcada para início da vistoria. Quanto ao ponto, diz textualmente que:

*"Refere-se a impetrante ao fato de que embora o ofício notificatório indicasse o dia 11.09.2000 para início da vistoria, a notificação teria sido feita apenas em 13.10.2000. Convém não esquecer, porém, que, mesmo feita em 13.10.2000 (cf certidão de fls. 42) a impetrante por seus procuradores/prepostos concordaram expressamente em que a vistoria se [iniciasse] em 16.10.2000 (cf certidão de fls. 42). É assim de nenhuma valia a alegação de que a notificação constava a data de 11.09.2000 para início da vistoria, se ela de fato só*



**MS 24.178 / DF**

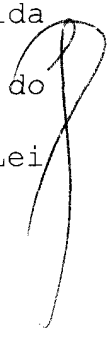
veio a realizar-se em 16.10.2000, com a expressa concordância da impetrante." (Fls. 620).

O pedido de liminar foi indeferido pelo Ministro Moreira Alves, nos seguintes termos (Fls. 673):

*"Tendo em vista as informações do impetrado, não se afigura, de plano, relevantes os fundamentos da impetração, motivo por que indefiro o pedido de liminar."*

O procurador-geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, opinou pelo indeferimento da segurança (Fls. 676-679).

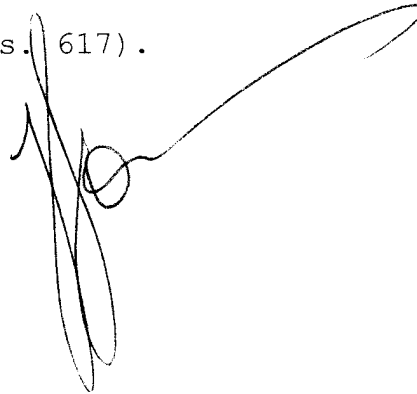
A impetrante veio aos autos invocar fato novo, alegando que o imóvel foi compromissado à venda para duas empresas distintas, de modo a que prosseguissem sua regular exploração, permitindo, assim, que o imóvel continuasse a cumprir sua função social. Não se conformou o promotor de justiça, pois almejava que tais terras fossem destinadas ao assentamento dos "sem terra" e, através de meios de comunicação em massa, teria divulgado a falsa notícia de que a "Fazenda da Barra" seria logo desapropriada pra fins de reforma agrária. Com base em tais premissas, a propriedade imóvel teria sido invadida por diversas vezes, circunstância que proibiria a tramitação do procedimento de desapropriação (art. 2º, § 6º da Lei 8.629/1993).



**MS 24.178 / DF**

Registro que o Ministro Gilmar Mendes atuou como  
advogado-geral da União (Fls. 617).

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right.

**MS 24.178 / DF****V O T O****O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):**

Trata-se de mandado de segurança preventivo, em que se pleiteia impedir que o Exmo. Senhor Presidente da República venha a editar decreto para autorizar, para fins de reforma agrária, a desapropriação do imóvel rural denominado "Fazenda da Barra", localizado no Município e Comarca de Ribeirão Preto.

As razões da impetrante não merecem prosperar.

Quanto à alegação de nulidade da notificação, vê-se que esta foi endereçada à proprietária da Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira e recebida por representantes financeiros da instituição. Segundo a impetrante, as pessoas que receberam a notificação são empregados da **Usina Junqueira** e, segundo o instrumento de mandato juntado à fls. 126, receberam poderes para:

"[...] promover a abertura de contas em qualquer estabelecimento financeiro; emitir e endossar cheques; fazer retiradas mediante recibos; autorizar débitos, transferências e pagamentos por meio de cartas; solicitar saldos, extratos de contas e requisitar talões de cheques para uso da outorgante, assinando os necessários recibos e dando quitação; descontar, endossar, caucionar e entregar para cobrança bancária duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias, assinando os respectivos contratos, propostas e borderôs; assinar toda a correspondência da outorgante, inclusive a dirigida aos bancos, dando instruções sobre títulos, autorizando abatimentos, descontos, prorrogações de vencimentos, entregas

**MS 24.178 / DF**

franco de pagamento, protestos e o que mais preciso for; dar aceite em duplicata; assinar guias de recolhimento de impostos e taxas federais, estaduais e municipais; firmar contratos de financiamento em geral; aceitar saques, duplicatas e letras de câmbio; emitir duplicatas, notas promissórias rurais e outros títulos de crédito; firmar contratos de compra e venda de câmbio, bem como pedidos de abertura de carta de crédito; firmar contratos junto a instituições financeiras e empresas em geral, inclusive Banco do Brasil, bancos estaduais e repartições públicas em geral, junto à Carteira de Câmbio e do Comércio Exterior - CACEX, junto à Alfândega, INSS, INCRA, IBDF, FUNRURAL, Sindicatos e Federações; enfim, praticar todos os atos necessários à execução do presente mandato, que vigorará até o dia 31 (trinta e um de maio de 2.001; [...]."

Ainda nas palavras da própria impetrante, a **Usina Junqueira** é seu "**estabelecimento industrial**" (Fls. 13).

Como se lê, os poderes de gestão financeira conferidos às pessoas que receberam a notificação eram vastos e incluíam a aptidão para "firmar contratos junto a instituições financeiras e empresas em geral, inclusive Banco do Brasil, bancos estaduais **e repartições públicas em geral**" (grifei). Se os prepostos da impetrante eram competentes para representar sua vontade na elaboração de contratos junto às repartições públicas, com muito mais razão também estavam aptos a representar a mesma vontade na recepção de comunicado destinado a notificar a entidade do início de vistoria em imóvel destinado à desapropriação.

Ademais, presume-se que ao menos uma das pessoas que receberam a notificação, o Senhor **José Henrique Schlittler**

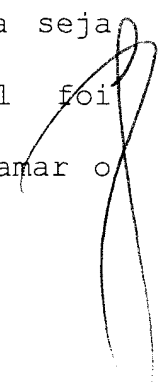
**MS 24.178 / DF**

**Braghinin** (Fls. 13), tinha competência para representar a empresa em termos **mais abrangentes** do que os indicados no instrumento já mencionado. Lê-se à fls. 269 que um grupo de advogados recebera poderes para agir perante qualquer Juízo, em defesa dos direitos e interesses da impetrante, e que podiam, inclusive, transigir, se o valor em questão fosse inferior a trinta mil reais. Dispunha ainda o instrumento que:

*"[...] somente com a assinatura de um dos membros da Diretoria Executiva em exercício na época do ato ou do Sr. Superintendente José Henrique Schlitter Braghini, transigir, confessar, desistir e acordar valores superiores ao suso estipulado." (Fls. 269v).*

Ora, se o **Superintendente José Henrique Schlitter Braghini** era competente para confirmar a representação da entidade em acordos superiores a determinado valor, além de ser **gestor** financeiro da empresa, pode-se lícitamente presumir que ele também possuía aptidão, mesmo que **tácita**, para receber comunicados e notificações de interesse financeiro da entidade, levando-os ao conhecimento dos demais órgãos de administração.

Nesse sentido, considero que a função da norma que determina que a notificação acerca do início da vistoria seja feita ao proprietário ou ao seu representante legal foi plenamente atendida. Com efeito, o objetivo da norma é chamar o



**MS 24.178 / DF**

interessado ao procedimento, garantindo-lhe o direito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa.

Feita a notificação a membros da alta administração da entidade, não parece adequado afirmar que a impetrante desconheceria a natureza ou as conseqüências possíveis do procedimento, de forma a aviltar as garantias constitucionais já mencionadas.

Registro, por oportuno, o seguinte trecho da manifestação oferecida pelo procurador-geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro:

"Com relação à nulidade da notificação a que se refere o art. 2º, § 2º, da Lei n.º 8.629/93, porquanto não fora comprovadamente recebida na pessoa do proprietário do imóvel, ou ainda por seu representante legal ou preposto, não encontra fundamento. Não nos parece correta a afirmação de que nenhum dos notificados, conquanto procuradores legalmente constituídos, tinham poderes para receber. Registre-se que a notificação endereçada à proprietária Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira, foi recebida pelos Srºs. José Henrique Schlittler Braghini e Luiz Carlos de Mendonça, representantes financeiros da instituição em tela, que exercem poderes de gestão sobre ativos e passivos, participando, conseqüentemente, assim como os demais membros da Diretoria, da administração da empresa, o que nos leva a conclusão de que tinham poderes para recebê-la."

Passo a examinar o alegado desrespeito ao prazo mínimo de três dias que deveria preceder o início da vistoria, contado a partir da data da notificação.


**MS 24.178 / DF**

Conforme exposto pela impetrante, consta da notificação sobre o início da vistoria para elaboração de Relatório Agrônômico de Fiscalização no imóvel denominado *Fazenda da Barra* declaração de recebimento, manuscrita e datada do dia 14.09.2000. Contudo, segundo os termos da notificação, a vistoria deveria ter sido iniciada em 11.09.2000.

Ocorre que a declaração de recebimento registra a discordância do representante da entidade quanto ao início da vistoria, *"uma vez que o imóvel em questão foi alienado a terceiro, cujos dados comprometo-me a fornecer a vossa senhoria no prazo máximo de (5) cinco dias"* (Fls. 125). Há, nos autos, certidão que dá conta de que os representantes da entidade teriam tomado ciência e autorizado a vistoria em **13.10.2000**, com o início dos trabalhos previsto para 16.10.2000 (Fls. 131/687). Segundo as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, o lapso de tempo decorrido entre a primeira notificação e a notificação final se refere às tratativas mantidas pelas partes para que fosse convencionada nova data para efetivação da vistoria do imóvel rural (Fls. 632).

Não está configurada, portanto, a violação pretendida pela impetrante.

Por fim, rejeito a interpretação e as consequências dadas ao *fato novo*, consistente na proibição de se proceder com



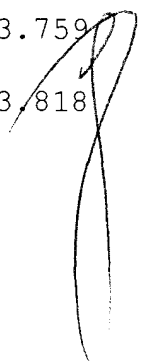
**MS 24.178 / DF**

a vistoria ou a própria desapropriação de imóvel que sofreu esbulho ou invasão.

A impetrante alega que a *Fazenda da Barra* foi invadida por integrantes do Movimento dos Sem Terra - MST e do MLST em quatro ocasiões distintas, todas no ano de 2004 (Fls. 691-693).

A vistoria realizada no imóvel ao longo do processo administrativo instaurado pelo Incra ocorreu entre 16.10.2000 e 27.10.2000 (Fls. 139), ou seja, muito tempo antes do esbulho possessório. Sendo assim, fica patente que a invasão da fazenda não teve qualquer influência no procedimento e nos resultados encontrados na aferição da produtividade do imóvel.

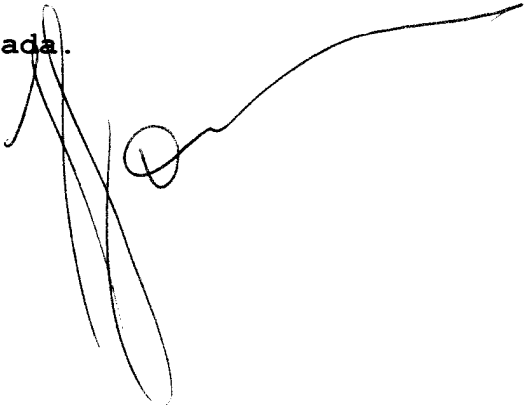
Nesse sentido, destaco, por oportuno, que esta Corte firmou orientação no sentido de que "a vedação prevista no § 6º do art. 2º da Lei 8.629/93, com a redação dada pela MP 2.109/01, alcança apenas as hipóteses em que a vistoria ainda não tenha sido realizada ou quando feitos os trabalhos durante ou após a ocupação" (MS 24.136, rel. min. Maurício Corrêa, Pleno, DJ 08.11.2002). Confirmam-se, ainda, as decisões do Plenário no MS 24.068 (rel. min. Sepúlveda Pertence, DJ de 02.02.2007), MS 25.186 (rel. min. Carlos Britto, DJ de 02.03.2007), MS 23.759 (rel. min. Celso de Mello, DJ de 22.08.2003) e no MS 23.818 (rel. min. Maurício Corrêa, DJ de 22.02.2002).



MS 24.178 / DF

Diante do exposto, conheço do mandado de segurança,  
**mas denego a ordem pleiteada.**

É como voto.



**PLENÁRIO****EXTRATO DE ATA****MANDADO DE SEGURANÇA 24.178**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

IMPTE.: FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SINHA JUNQUEIRA

ADVDO.: FÁBIO DE OLIVEIRA LUCHÉSI E OUTROS

IMPDO.: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, denegou o mandado de segurança. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Gilmar Mendes (Presidente), Ellen Gracie e Eros Grau. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Plenário, 01.10.2009.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Eros Grau e Cármen Lúcia.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

  
p/ Luiz Tomimatsu  
Secretário